



FORMATO ESPECIAL | AGENDA DIGITAL · 2026

Inovação e Tecnologia nas Eleições Presidenciais de 2026

Análise dos planos de governo registrados no
Tribunal Superior Eleitoral

reglab
centro de estratégia
& regulação

Sobre o Reglab

Somos um centro de pesquisa privado especializado no setor de mídia e tecnologia, que auxilia empresas, associações e formuladores de políticas a tomarem decisões estratégicas baseadas em dados e evidências.

Saiba mais em www.reglab.com.br

Sobre Formatos Especiais

Nossos formatos especiais englobam soluções de conteúdo customizadas para clientes e agendas específicas. A **Série Agenda Digital** é uma publicação institucional do Reglab que acompanha, a cada ciclo eleitoral, como as candidaturas mais bem colocadas incorporam inovação, tecnologia e regulação digital em seus programas de governo.

Expediente

Diretor Executivo: Pedro Henrique Ramos

Diretora de Pesquisa: Marina Gonçalves Garrote

Autores: Pedro Henrique Ramos, Thais Ortega Pichinin e Natália Ribeiro

Diagramação Final: Larissa Camargo

Citação Sugerida: RAMOS, Pedro; PICHININ, Thais; RIBEIRO, Natália. Inovação e Tecnologia nas Eleições Presidenciais de 2026: análise dos planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral. *Agenda Digital Reglab n. 1*. São Paulo: Reglab, 2026.

Esta publicação foi produzida de forma independente, não tendo sido encomendada, comissionada ou patrocinada por qualquer empresa, instituição ou organização.

Sumário Executivo

O plano de governo é o principal documento programático exigido pela Justiça Eleitoral, em que candidatos para o Executivo apresentam propostas, metas e diretrizes políticas para administrar a gestão pública. Para quem vota, ajuda a escolher seus candidatos e candidatas; para empresas e organizações, ajudam a avaliar o que podem ser pautas no próximo ciclo de governo, contribuindo em seus planejamentos.

Com este estudo, o Reglab buscou entender **como as candidaturas mais bem colocadas para Presidente incorporam inovação, tecnologia e regulação digital em seus programas de governo.**

Analisamos 177 propostas nos planos de governo de Flávio Bolsonaro, Lula, Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Renan Santos. Entre os achados, destacamos:



- **Inteligência Artificial é o termo mais citado nos planos, mas só 3 candidaturas discutem sua regulação.** É o conceito mais mencionado, com 34 menções nos cinco planos. Na regulação, há abordagens diferentes: Caiado propõe regulação baseada em risco; Zema defende evitar regras amplas e precoces; e Lula ancora sua agenda em soberania digital.
- **Serviços digitais ao cidadão é a subcategoria que lidera** - com 22 propostas, seguida de áreas estratégicas de pesquisa (20), e infraestrutura e conectividade (18).
- **Data centers são o consenso mais literal do levantamento.** Estão nos cinco planos, com a distribuição mais uniforme de toda a tabela (8 menções).
- **Há um núcleo comum de 6 temas:** serviços digitais, infraestrutura e dados do Estado, IA no setor público, formação de talentos, ecossistemas de inovação e áreas estratégicas de pesquisa estão em todos, ainda que os candidatos se oponham em quase todo o resto.



Sumário

Sobre o Reglab	2
Sobre Formatos Especiais	2
Expediente	2
Sumário Executivo	3
1. Introdução	5
2. Metodologia	6
2.1. O que buscamos com este estudo	6
2.2. Como fizemos este estudo	7
3. Resultados	11
Flávio Bolsonaro	12
Lula	14
Renan Santos	16
Romeu Zema	18
Ronaldo Caiado	20
4. Análise e Comentários	22
4.1. Inteligência Artificial: tema unânime, regulação dividida	22
4.2. O desequilíbrio entre a modernização do Estado e inclusão digital	23
4.3. Data centers são o consenso mais literal do levantamento	23
4.4. Existe um núcleo comum, com seis temas	24
4.5. O que os dados sugerem sobre a agenda digital de 2027-2030?	24
5. Conclusão	26
6. Direcionamentos para futuros estudos	27
Referências	28
Anexo de Metodologia Reglab	29

1. Introdução

Em *Cidades do Amanhã Inovação & Tecnologia nas Eleições Municipais de 2024* ([Ramos, 2024](#)) o Reglab analisou **como as candidaturas à prefeitura das cinco maiores capitais brasileiras incorporaram temas de inovação e a tecnologia em seus programas de governo.**

Esta edição leva a mesma pergunta para a **disputa presidencial de 2026**. Buscamos mapear **como a agenda digital aparece nos planos de governo dos presidentiáveis brasileiros:** quais temas recebem espaço, como as propostas se distribuem entre diferentes áreas de inovação e tecnologia e quais assuntos permanecem pouco presentes ou ausentes dos documentos analisados.

Nos últimos anos, a atuação do Estado nessa área deixou de se concentrar apenas em infraestrutura, acesso e fomento à inovação e passou a envolver também decisões sobre regras, responsabilidades e limites para o uso de tecnologias. Também passou a incorporar a digitalização como um eixo estruturante, seja da máquina pública, seja dos serviços oferecidos aos cidadãos e cidadãs.

Isso exige um novo desenho de pesquisa, comparado com os Executivos Municipais. Nesta pesquisa, além dos eixos de **Inclusão Digital, Empreendedorismo e Startups e Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação**, incorporamos também temas mais alinhados ao Executivo Federal, como **Governo Digital e Regulação de Novas Tecnologias**. O tema **Cidades Inteligentes**, presente no estudo de 2024 e mais alinhado a municípios, foi deixado de fora.

2. Metodologia

2.1. O que buscamos com este estudo

Esta pesquisa parte da seguinte pergunta: **como os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais para Presidente em 2026 incorporam os temas de inovação, tecnologia e regulação digital em seus planos de governo?**

Dessa pergunta central derivam três subperguntas:

- **Volume e distribuição:** qual é o número de propostas e como elas se distribuem entre os eixos temáticos que estruturam a análise?
- **Concentração e lacunas:** quais subtemas concentram a atenção dos programas e quais permanecem ausentes do debate eleitoral?
- **Discurso e papel do Estado:** quais valores, oposições conceituais e papéis atribuídos ao Estado estruturam a narrativa programática sobre o desenvolvimento tecnológico?

DEFINIÇÕES IMPORTANTES

Proposta: trecho do plano de governo que apresenta uma ação ou compromisso que a candidatura pretende realizar e que está relacionado a um dos cinco eixos do estudo. Para ser contabilizado como proposta, o trecho precisa reunir quatro elementos: tema pertinente a um dos eixos; compromisso ou ação futura; competência do Executivo federal; e objeto identificável. Diagnósticos, declarações de valor, relatos de gestão passada e críticas a adversários não são contabilizados.

Eixo: uma das cinco grandes áreas que organizam a análise deste estudo: inclusão digital; fomento à ciência, tecnologia e inovação; empreendedorismo e startups; governo digital; e regulação de novas tecnologias.

Subcategoria: divisão temática mais específica dentro de cada eixo. O estudo utiliza 34 subcategorias, e uma mesma proposta pode ser classificada em mais de uma quando seu conteúdo se relaciona a diferentes temas.

Menção: ocorrência de um conceito ou expressão no texto das propostas. Diferentemente da contagem de propostas, aqui são contabilizadas quantas vezes em que determinado conceito aparece. Assim, uma mesma proposta pode conter mais de uma menção.

Este estudo não avalia, compara propostas ou faz recomendações de voto - por esse motivo não há rankings, notas ou índices compostos. O estudo busca somente mapear o que foi prometido no plano de governo - peças de campanha exigidas pela [Lei 9.504/97](#) e registradas na Justiça Eleitoral.

2.2. Como fizemos este estudo

Seguindo a tradição de transparência e replicabilidade dos estudos do Reglab, a metodologia completa está descrita no **Anexo de metodologia** deste trabalho. De forma sumária, podemos explicar o percurso da pesquisa em em quatro etapas:

2.2.1. Como definimos os critérios da pesquisa

Antes da leitura dos planos de governo, foi definido o *codebook* que orientou a análise. A estrutura partiu dos temas utilizados na pesquisa *Cidades do Amanhã* ([Ramos, 2024](#)) e foi ampliada para o nível federal, incorporando governo digital e regulação de novas tecnologias.

O *codebook* estabeleceu previamente duas regras principais: **o que seria considerado um tema e quais trechos poderiam ser contabilizados como propostas**. Consideramos como tema cada um dos assuntos substantivos que orientaram a leitura dos planos e foram organizados nos eixos e categorias de análise definidos no *codebook*. Dessa forma, um trecho só entrou na análise quando estava relacionado a um dos temas definidos previamente e atendia aos critérios estabelecidos para caracterizar uma proposta.

Como se trata de uma pesquisa sobre documentos de candidaturas em contexto eleitoral, uma preocupação central do desenho foi evitar parcialidade, aplicando os mesmos critérios a todos os planos analisados. Por essa razão, **os eixos, categorias e regras de codificação foram definidos antes da seleção e análise dos planos de governo**. Essa escolha reduz o espaço para que os critérios sejam adaptados em função do conteúdo encontrado em uma candidatura específica e contribui para tornar a comparação entre os planos mais consistente e transparente.

Os planos de governo contêm não apenas propostas, mas também diagnósticos, princípios, avaliações de gestões anteriores e críticas políticas. Por isso, definimos uma regra comum para diferenciar esses conteúdos, e um trecho só foi contabilizado como proposta quando atendia, ao mesmo tempo, a quatro critérios:

1. **Tema:** tratava de um assunto relacionado a um dos cinco eixos definidos previamente;
2. **Ação:** apresentava uma ação, medida ou compromisso voltado para o futuro;
3. **Competência:** tratava de uma medida que pudesse ser executada ou induzida pelo Executivo federal; e
4. **Objeto:** permitia identificar concretamente o que seria criado, alterado, ampliado, implementado ou realizado.

Assim, uma declaração sobre a importância da inovação, por exemplo, não foi contabilizada como proposta quando não apresentava uma ação ou medida identificável. Da mesma forma, relatos de políticas já realizadas e críticas a outras candidaturas não integraram a contagem.

Os trechos avaliados que não atenderam aos critérios também foram registrados, juntamente com o motivo da exclusão. Esse procedimento permite verificar tanto o que foi contabilizado como proposto quanto os limites adotados na análise.

A definição prévia resultou em cinco eixos: **inclusão digital; fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I); empreendedorismo e startups; governo digital; e regulação de novas tecnologias**. A tabela abaixo apresenta o que foi considerado em cada eixo e um exemplo de trecho que, além de se enquadrar naquele tema, atendeu aos critérios para ser contabilizado como proposta.

Eixo	O que entendemos por esse eixo	Subcategorias encontradas	Exemplos de propostas identificadas por eixo
Inclusão Digital	Medidas voltadas ao acesso da população às tecnologias digitais, incluindo conectividade, dispositivos, custo de acesso e desenvolvimento de competências digitais.	Infraestrutura e conectividade; Acessibilidade econômica; Dispositivos; Letramento digital; Uso significativo; Inclusão de grupos específicos.	<i>“vamos levar conectividade às localidades de baixa cobertura, priorizando escolas, áreas rurais e regiões de fronteira” (Plano Flávio Bolsonaro)</i>
Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Medidas de apoio à pesquisa e à produção de conhecimento científico e tecnológico, incluindo financiamento, infraestrutura de pesquisa, instituições científicas e formação de pesquisadores.	Financiamento à pesquisa; Instituições e carreira científica; Relação universidade-empresa; Infraestrutura de pesquisa; Formação de talentos; Áreas estratégicas.	<i>“Asseguraremos ainda a continuidade do uso estratégico do FNDCT” (Plano Lula)</i>
Empreendedorismo e Startups	Medidas voltadas ao desenvolvimento e à comercialização de inovação por empresas de base tecnológica, como financiamento, ambiente de negócios, ecossistemas de inovação e internacionalização.	Capital e financiamento; Ambiente de negócios; Ecossistema e habitats; Compras públicas de inovação; Internacionalização; Tributação da inovação.	<i>“maximizar o investimento em venture capital por fundos brasileiros” (Plano de Renan Santos)</i>
Governo Digital	Medidas em que o próprio Estado utiliza tecnologia para prestar serviços ao cidadão ou organizar e modernizar sua gestão.	Serviços digitais ao cidadão; Infraestrutura e dados do Estado; Identidade digital; Transparência e dados abertos; IA no setor público; Compras e gestão; Coordenação federativa.	<i>“Aumentar a qualidade de entrega dos serviços públicos por meio da digitalização do governo” (Plano Romeu Zema)</i>

Regulação de novas tecnologias	Medidas voltadas à criação ou alteração de regras e instituições que disciplinam o uso de tecnologias por empresas, plataformas ou outros agentes da sociedade.	Inteligência artificial; Plataformas e conteúdo; Dados pessoais e privacidade; Concorrência digital; Vigilância e biometria; Ativos digitais; Cibersegurança e soberania; Infância e adolescência; Outros temas de regulação.	<i>“Adotar marco legal centrado no uso, no dano e no risco concreto, com transparência, responsabilização e não discriminação” (Plano Ronaldo Caiado)</i>
---------------------------------------	---	---	---

Nota: as subcategorias são divisões temáticas mais específicas dentro de cada eixo e foram utilizadas para detalhar o conteúdo das propostas. Uma mesma proposta pode receber mais de uma classificação quando aborda diferentes temas. A ausência de propostas em determinada subcategoria significa apenas que nenhum trecho dos planos analisados atendeu aos critérios para ser classificado nela. Os exemplos apresentados têm caráter ilustrativo. As definições e os critérios completos de cada subcategoria estão no [Anexo II](#).

O codebook completo, com as definições, critérios de inclusão e exclusão e palavras-chave utilizados na codificação, está disponível no [Anexo II](#).

2.2.2. Como selecionamos os planos de governo

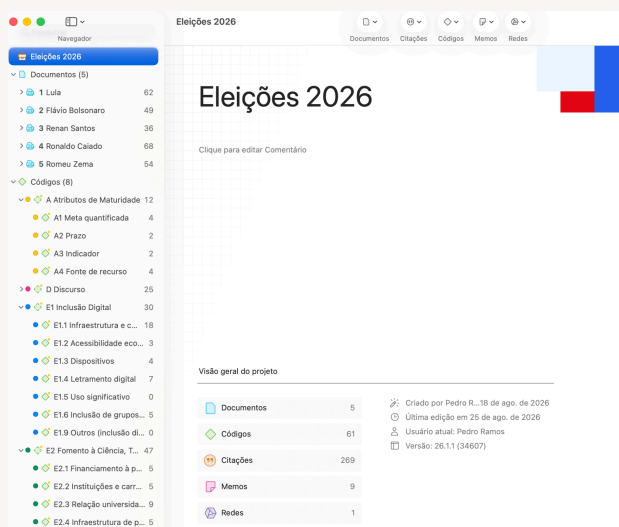
Para selecionar os planos de governo, consideramos os documentos registrados no TSE das cinco candidaturas que alcançaram pelo menos 2,0% das intenções de voto no levantamento Genial/Quaest divulgado em **5 de agosto de 2026**. No cenário estimulado de primeiro turno, essas candidaturas somavam 79% das intenções de voto declaradas ([Genial; Quaest, 2026](#)).

Os documentos foram baixados no dia 18 de agosto de 2026, após o término oficial do registro de candidaturas no TSE. Entrevistas, debates, redes sociais, artigos e outros materiais de campanha não integraram o conjunto analisado.

2.2.3. Como analisamos e classificamos as propostas

A codificação teve duas etapas. A primeira usou o **Athena** — suíte proprietária de skills/agentes do Reglab que roda sobre LLMs (Claude Code e Codex), aplicando nossas metodologias — conectado ao **ATLAS.ti**, software de codificação qualitativa. Ambos foram programados seguindo procedimentos de codificação qualitativa descritos em Saldaña (2013).

Na segunda etapa, fizemos a revisão humana de todos os códigos e classificações realizadas pelos sistemas. Para evitar vieses, os pesquisadores revisaram independentemente, e com caminhos diferentes: enquanto um primeiro pesquisador revisou a partir da base de dados do [Atlas.ti](#), a segunda pesquisadora revisou diretamente os documentos.



Com isso, diversos ajustes foram feitos nas classificações finais antes do início da análise de dados. As decisões tomadas ao longo da análise e eventuais alterações de classificação foram registradas com suas respectivas justificativas.

Ao final, foram identificadas 177 propostas nos cinco planos de governo, distribuídas em 185 atribuições de eixo. O número de atribuições é superior ao de propostas porque uma mesma proposta pode ser classificada em mais de um eixo.

Candidatura	Propostas	Inclusão Digital	Fomento a CT&I	Empreendedorismo e Startups	Governo Digital	Regulação de Novas Tecnologias
Flávio Bolsonaro	34	8	8	5	10	4
Lula	45	7	9	4	10	15
Renan Santos	16	0	7	5	5	1
Romeu Zema	35	6	13	5	10	4
Ronaldo Caiado	47	9	10	9	13	8
TOTAL	177	30	47	28	48	32

Tabela 1 Propostas por eixo

2.2.4. Como apresentamos os resultados

Para a apresentação dos resultados, todas as candidaturas seguem o mesmo formato de ficha, com as mesmas seções, ordem de apresentação e escala gráfica. Já a seção “Análise e Comentários” interpreta os padrões observados no conjunto dos planos, sem avaliar o mérito das propostas.

As candidaturas são apresentadas em ordem alfabética e com os nomes apresentados no registro do TSE. A lista completa de propostas de cada um integra o [Anexo I – Propostas por candidatura](#) deste trabalho.

A metodologia completa, com detalhes sobre os procedimentos adotados, encontra-se no anexo de metodologia ao final do relatório.

Nota da edição

A amostra desta pesquisa foi definida a partir do levantamento Genial/Quaest de 5 de agosto de 2026 e mantida até o fechamento desta edição, em 29 de agosto de 2026. Eventuais mudanças posteriores nas intenções de voto, inclusive o crescimento de candidaturas não selecionadas, como a de Augusto Cury (Avante), não alteram o recorte, em respeito aos critérios definidos previamente e aplicados de forma consistente ao longo da pesquisa.

3. Resultados

A seguir, apresentamos os resultados do estudo em fichas organizadas por candidatos:

Flávio Bolsonaro



Partido Liberal (PL)

45 anos
Senador

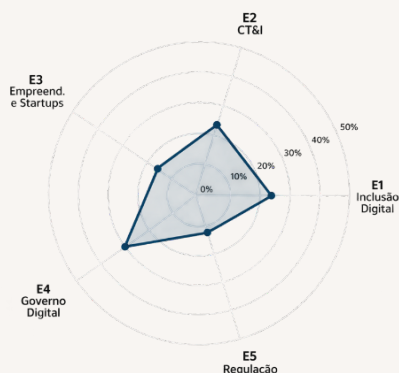
34
propostas

Inclusão Digital	8
Formento a CT&I	8
Empreendedorismo e Startups	5
Governo Digital	10
Regulação de Novas Tecnologias	4

* uma proposta pode estar em mais de um eixo.

Distribuição das propostas por eixo

em percentual do conjunto da própria candidatura



Subcategorias do codebook com pelo menos uma proposta no plano

dimensionadas pelo número de propostas.



O plano de governo de Flávio Bolsonaro tem 34 propostas de agenda digital, distribuídas entre os cinco eixos da pesquisa. Governo Digital apresenta maior número de propostas, com 10. Dentro desse eixo, a subcategoria que mais aparece é Serviços Digitais ao Cidadão, com 7 propostas. Na sequência, IA no Setor Público, também em Governo Digital, e Ecossistemas e Habitats, em Empreendedorismo e Startups, aparecem com 4 propostas cada. Regulação de Novas Tecnologias é o eixo com menor número de propostas no plano.

Inclusão Digital

- Bônus de Internet para as Mulheres
- Pacote de Conexão para toda a população
- Conectividade às localidades de baixa cobertura
- Robótica e Infraestrutura
- Economia Digital no currículo escolar
- Escola Brasil por Elas: formação em IA e programação
- Difundir IA para micro, pequenas e médias empresas

Fomento a CT&I

- Política Nacional de Formação de Talentos
- Transferir ensino superior para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
- CAPES e CNPQ: priorizar impacto produtivo, inovação e transferência de tecnologia
- Aproximar empresas e universidades
- Impulsionar a Bioeconomia
- Incentivo a tecnologias disponíveis
- Elevar participação em patentes de IA
- Gestão das Universidades integrada à ciência e a tecnologia

Empreendedorismo e Startups

- Estado como indutor
- Parques tecnológicos
- Expandir incubadoras
- Apoiar as startups de base tecnológica
- Polo Global de data centers

Governo Digital

- Digitalizar serviços do Governo Federal
- Identidade Digital Única
- Assistentes automatizados
- Prontuário eletrônico único
- Digitalização do SUS
- Investir em tecnologia e digitalizar os processos do INSS
- Aplicativo Central da Mulher
- Facilitar denúncias
- IA de apoio a prevenção
- Banco Nacional de Vagas: modernizar a intermediação de mão-de-obra

Regulação de Novas Tecnologias

- Legislação voltada à liberdade de criar e inovar
- Fortalecer a defesa cibernética do país
- Tesouração da Censura
- Revogar todos os atos que o atual governo produziu para silenciar seus críticos

Lula



Partido dos
Trabalhadores (PT)

80 anos
Presidente

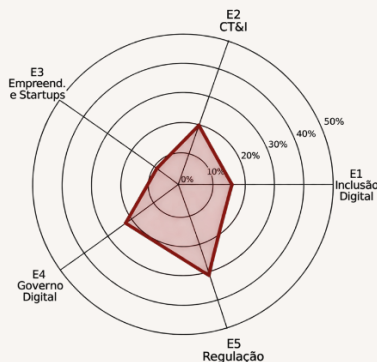
45
propostas

Inclusão Digital	7
Formento a CT&I	9
Empreendedorismo e Startups	4
Governo Digital	10
Regulação de Novas Tecnologias	15

* uma proposta pode estar em mais de um eixo.

Distribuição das propostas por eixo

em percentual do conjunto da própria candidatura



Subcategorias do codebook com pelo menos uma proposta no plano

dimensionadas pelo número de propostas.



O plano de governo de Lula tem 45 propostas de agenda digital, distribuídas entre os cinco eixos da pesquisa. **Regulação de Novas Tecnologias** apresenta maior número de propostas, com 15. Dentro desse eixo, a subcategoria que mais aparece é **Cibersegurança e Soberania**, com 6 propostas, empatada com **Serviços Digitais ao Cidadão**, do eixo **Governo Digital**, também com 6 propostas. **Empreendedorismo e Startups** é o eixo com menos propostas no plano, com 4.

Inclusão Digital

- Oferta de conectividade: reduzir déficit de fibra óptica
- Ampliar 5G no campo
- Política Nacional de Letramento Digital
- Ampliar letramento digital
- Universalizar Novo PAC
- FUST
- Conectividade Rural

Fomento a CT&I

- Sequência ao Programa Conhecimento Brasil
- Uso estratégico do FNDCT
- Infraestrutura computacional soberana
- Desenvolver modelos de linguagens em Português
- Acelerar difusão de IA no setor produtivo
- Investir em Pesquisa e Desenvolvimento
- Formação de talentos
- Fortalecimento da Embrapa
- Fortalecimento da Base Industrial e Tecnologia de Defesa

Empreendedorismo e Startups

- Indústria 4.0
- Fomentar o desenvolvimento de tecnologia digital
- Investimento de apoio a pequenas e médias empresas
- Ampliação do Brasil Mais Produtivo

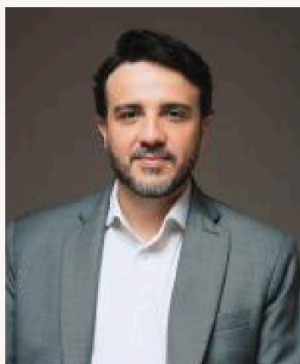
Governo Digital

- Facilitar a experiência de uso de plataformas públicas
- Personalização de serviços
- Aprimorar mecanismos do poder de compra do Estado
- Transformação do Portal da Transparência em uma plataforma inteligente
- Expandir e melhorar o Programa Celular Seguro
- Integração dos sistemas interfederativos
- IA no SUS
- Modernização tecnológica e saúde
- Aprimorar a regulação do acesso à atenção especializada
- Supercentro Brasil de telediagnóstico do câncer

Regulação de Novas Tecnologias

- Conselho Nacional pela Soberania Digital
- Aprimoramento do ECA Digital
- Regulamentação do uso de telas por faixa etária
- Regulamentação das plataformas de jogos e dos ambientes digitais
- Crimes financeiros e cibernéticos
- Lei do direito autoral
- Regulação da IA
- Garantir a Soberania Digital
- Expansão de data centers e infraestrutura de IA
- Data centers e contrapartidas
- Economia de dados: regras e infraestrutura
- Transparência algorítmica e rastreabilidade de conteúdo sintético
- Regulação democrática das redes sociais e plataformas digitais
- Regulação do trabalho mediado por plataforma
- Governança internacional para as tecnologias digitais e a IA

Renan Santos



Missão
42 anos
Empresário

16
propostas

Inclusão Digital	0
Fomento a CT&I	7
Empreendedorismo e Startups	5
Governo Digital	5
Regulação de Novas Tecnologias	1

* uma proposta pode estar em mais de um eixo.

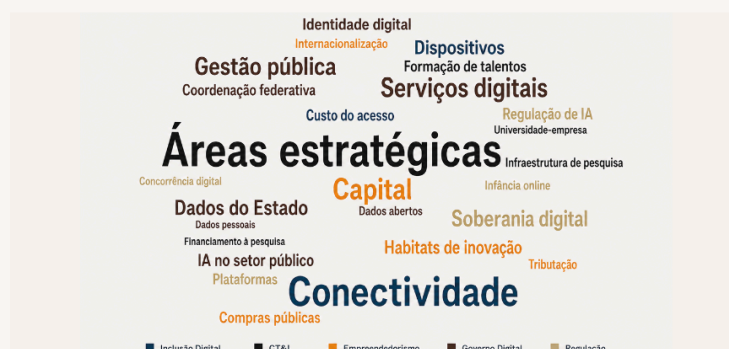
Distribuição das propostas por eixo

em percentual do conjunto da própria candidatura



Subcategorias do codebook com pelo menos uma proposta no plano

dimensionadas pelo número de propostas.



O plano de governo de Renan Santos tem 16 propostas categorizadas na agenda digital, distribuídas entre quatro dos cinco eixos da pesquisa, **o eixo de Inclusão Digital não tem nenhuma proposta. Fomento a CT&I apresenta maior número de propostas, com 7.** Dentro desse eixo, a subcategoria que mais aparece é **Áreas Estratégicas**, com 4 propostas. Já, entre os eixos que possuem proposta, **o que tem menor número é Regulação de Novas Tecnologias, com 1 proposta.**

Fomento a CT&I

- Banco nacional de dados genômicos
- Retenção, formação e repatriação de talentos em IA
- Agro-Bio Nacional: Unificação técnica do maior acervo de dados
- Drones agrícolas e IA
- Projeto Abaporu: laboratório nacional de IA
- Programa de retenção de talentos

Empreendedorismo e Startups

- Redução de impostos sobre empresas de tecnologia
- Facilitação da distribuição de stock options
- Ampliação do venture capital por fundos brasileiros
- Incentivo instalação de data centers
- As Zonas Econômicas de Alta Inteligência (ZEAls)

Governo Digital

- Telemedicina e diagnóstico por IA
- Vigilância epidemiológica preditiva em tempo real
- PRONTO: prontuário eletrônico nacional interoperável
- Integração do Genomas Brasil ao prontuário do SUS

Regulação de Novas Tecnologias

- Arcabouço regulatório

Romeu Zema



Partido Novo

61 anos
Ex-governador

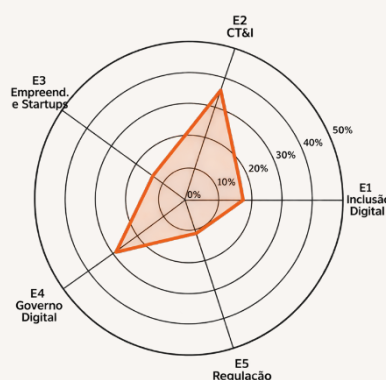
35
propostas

Inclusão Digital	6
Fomento a CT&I	13
Empreendedorismo e Startups	5
Governo Digital	10
Regulação de Novas Tecnologias	4

* uma proposta pode estar em mais de um eixo.

Distribuição das propostas por eixo

em percentual do conjunto da própria candidatura



Subcategorias do codebook com pelo menos uma proposta no plano

dimensionadas pelo número de propostas.



O plano de governo de Romeu Zema tem 35 propostas na agenda digital, distribuídas entre os cinco eixos da pesquisa. **Fomento a CT&I apresenta maior número de propostas**, com 13. Dentro desse eixo, **a subcategoria que mais aparece é Relação Universidade-empresa**, com 4 propostas, **empatada com Infraestrutura e Conectividade**, do eixo Inclusão Digital, também com 4 propostas. Regulação de Novas Tecnologias é o eixo com menos propostas no plano, com 4.

Inclusão Digital

- Abertura de novas faixas de espectro para o 5G
- Conectividade rural
- Internet de qualidade em todas unidades públicas de saúde
- Telemedicina
- Modernizar a Base Nacional Comum Curricular
- Modernizar formação

Fomento a CT&I

- Transferir a gestão do ensino superior para o Min. de Ciência e Tecnologia
- Incentivos Financeiros
- Concentrar os recursos de pesquisa, ciência e tecnologia em instituições com histórico comprovado de relevante produção científica.
- Flexibilização acadêmica para especialização de docentes e pesquisadores
- Financiamento de bolsas de pesquisa para as áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática
- Desburocratização regulatória para atrair P&D e investimento privado às universidades públicas
- Cursos técnicos e superiores em tecnologia avançada c/ parc. privadas
- Simplificar os processos de reconhecimento de qualificações e de concessão de vistos para especialistas
- Atração de investimento estrangeiro em tecnologia
- Conexão entre universidades e empresas dos setores médico e farmacêutico

Empreendedorismo e Startups

- Venture capital, vesting e equity no mercado de capitais
- Atração de investimento internacional em data centers
- Energia limpa para atrair IA e data centers
- Facilitar a entrada de capital estrangeiro
- Conectar startups e empresas inovadoras do setor da saúde aos hospitais univ.

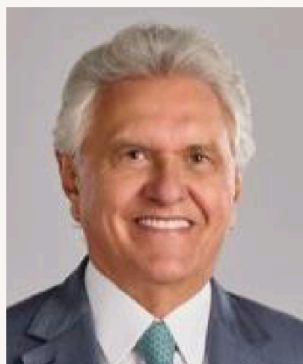
Governo Digital

- Venture capital, vesting e equity no mercado de capitais
- Digitalização dos serviços públicos
- Divulgação do custo de cada serviço público
- Adoção de tecnologias do mercado com capacitação de gestores
- Integração e padronização de dados entre estados e município
- Dados do governo em formato aberto e fim do sigilo de 100 anos
- Telemedicina
- Prontuário eletrônico
- Integração dos sistemas de saúde público e privado com o registro nacional.
- Otimização de filas com direcionamento inteligente de pacientes

Regulação de Novas Tecnologias

- Modernização do marco regulatório da edição gênica
- Marco regulatório de IA restrito a danos concretos comprovados
- Vedar a exclusão de perfis e a moderação de opiniões pelas plataformas
- Abuso de autoridade: Censura, remoção de conteúdo e restrição

Ronaldo Caiado



Partido Social Democrático (PSD)

76 anos
Governador

47

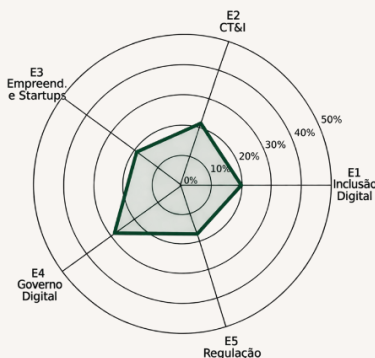
propostas

Inclusão Digital	9
Fomento a CT&I	10
Empreendedorismo e Startups	9
Governo Digital	13
Regulação de Novas Tecnologias	8

* uma proposta pode estar em mais de um eixo.

Distribuição das propostas por eixo

em percentual do conjunto da própria candidatura



Subcategorias do codebook com pelo menos uma proposta no plano

dimensionadas pelo número de propostas.



O plano de governo de Ronaldo Caiado tem 47 propostas de agenda digital, distribuídas entre os cinco eixos da pesquisa. **Governo Digital apresenta maior número de propostas, com 13.** Dentro desse eixo, as subcategorias com maior concentração de propostas no plano como um todo são **Infraestrutura e Conectividade, do eixo Inclusão Digital, e Áreas Estratégicas, do eixo Fomento a CT&I**, empatadas com 7 propostas cada uma. **Regulação de Novas Tecnologias é o eixo com menos propostas no plano, com 4.**

Inclusão Digital

- Metas de conectividade rural até 2030
- Universalizar energia e conectividade
- Internet de qualidade
- Infraestrutura digital
- Conectividade de qualidade para todos municípios
- Levar fibra e backhaul ao interior e à Amazônia, acelerar infovias, usar satélites de órbita baixa como complemento regulado
- FUST a serviço de escolas, unidades de saúde e conectividade rural
- Ampliar recondição e doação de equipamentos
- Reduzir a carga tributária do smartphone de entrada

Fomento a CT&I

- Execução plurianual do FNDCT
- Formação e retenção de talentos em ciência e IA
- Garantir capacidade computacional e ampliar conteúdos e modelos em português
- Semicondutores e computação quântica: construir capacidade nacional
- Estimular satélites de observação, comunicações e defesa
- Concentrar missões em bioeconomia, agricultura digital, saúde, transição energética, cibersegurança, semicondutores, economia espacial e serviços digitais
- Atualizar os currículos
- Criar centros de excelência em IA aplicada ao agro
- Rede Amazônica de Biotecnologia, Nanotecnologia, PI e Repartição de Benefícios

Empreendedorismo e Startups

- Modernização da Lei do Bem
- Crédito, subvenção, capital de risco e encomenda tecnológica
- Regime tributário para bens de capital e serviços de data center
- Estimular a indústria nacional de automação e aeronaves remotamente pilotada
- Estimular o investimento privado em automação, digitalização e Indústria 4.0
- Criar Programa Nacional de Indústria 4.0 e de IA
- Apoiar pequenas e médias empresas
- Estimular startups e empresas nacionais desenvolv. de soluções de IA para a indústria

Governo Digital

- Organizar bases públicas de qualidade, interoperáveis e documentadas
- Criar centro de governo digital
- Usar identidade digital e interoperabilidade do gov. br como plataforma comum, cofinanciar capacidades de estados e municípios e fortalecer o CGI.br
- PIX, gov.br, open finance instrumentos de cooperação e exportação
- Identidade digital e canal único de atendimento
- Identidade clínica digital
- Reunir informações em um canal nacional autenticado
- Práticas de adoção de IA
- Modernizar UBS
- Plataforma de análise de riscos em gastos públicos com IA
- Digitalizar licenças, outorgas, autos e desembargos, com linguagem clara e rastreabilidade
- Digitalizar acervos e disponibilizar dados geofísicos, geoquímicos e hidrogeológicos
- Implantar processos digitais

Regulação de Novas Tecnologias

- Marco legal centrado no uso, no dano e no risco concreto, com transparência, responsabilização e não discriminação
- Política Nacional de cibersegurança
- Regulação e proteção de crianças e adolescentes
- Mercados digitais competitivos e plataformas responsáveis
- LGPD
- Direitos autorais e IA
- Colocar a diplomacia a serviço do acesso do Brasil à inteligência artificial, à computação avançada, à infraestrutura digital, à biotecnologia e aos novos materiais
- Sistema nac. de enfrentamento a crimes digitais

4. Análise e Comentários

Esta seção analisa os dados da pesquisa por meio das lentes do autor e autoras deste trabalho.

4.1. Inteligência Artificial: tema unânime, regulação dividida

A inteligência artificial é o tema mais citado no levantamento: tem 34 menções e está presente nos cinco planos de governo analisados. O consenso, porém, existe apenas na temática, nas abordagens e nos planos regulatórios as candidaturas seguem caminhos bastante distintos.

Dos cinco candidatos, apenas três tratam formalmente da regulação da IA: Lula, Ronaldo Caiado e Romeu Zema. E entre os três candidatos os caminhos tomados são divergentes.

Lula aposta em uma agenda de soberania digital e propõe, entre outras medidas, remuneração pelo conteúdo utilizado por sistemas de IA, transparência e rastreabilidade de conteúdos sintéticos e maior governança internacional. Seu plano também prevê a criação de um Centro Nacional de Transparência Algorítmica.

Ronaldo Caiado defende um marco legal baseado no uso, no dano e no risco concreto. A proposta combina transparência, responsabilização e obrigações proporcionais para as plataformas. Romeu Zema segue em direção oposta: defende evitar uma regulação ampla e precoce e limitar a atuação do Estado a situações em que haja dano concreto comprovado.

Já Flávio Bolsonaro trata a IA de forma instrumental, enquanto Renan Santos trata a IA como insumo econômico. Nenhum dos dois candidatos apresentou uma proposta específica de regulação.

Na prática, temos alguns cenários futuros: a continuidade e ampliação da política de regulação defendida por Lula; uma abordagem intermediária, baseada em risco e dano concreto, como a proposta por Ronaldo Caiado; ou uma postura de menor intervenção estatal, defendida por Romeu Zema. Ou ainda a possibilidade de um cenário incerto sobre regulação da IA, pelos candidatos Flávio Bolsonaro e Renan Santos.

A divergência ganha peso porque o próximo governo herdará uma política federal de inteligência artificial já em andamento, estruturada pelo [Plano Brasileiro de Inteligência Artificial \(PBIA 2024-2028\)](#), que inclui medidas de governança, transparência e avaliação de riscos.

Por isso, embora a IA seja um dos poucos temas capazes de reunir todas as candidaturas no discurso, ela também é uma das áreas em que o resultado eleitoral pode produzir mudanças significativas. **A tecnologia está presente na agenda dos candidatos; o que ainda parece estar em disputa é o tamanho do papel que o Estado terá na sua regulação.**

4.2. O desequilíbrio entre a modernização do Estado e inclusão digital

A digitalização dos serviços públicos é a principal aposta nos planos de governo na área de tecnologia e inovação. Dentro do eixo Governo Digital, a subcategoria Serviços Digitais ao Cidadão é a que mais aparece, com 22 propostas, além de estar presente nos cinco planos de governo analisados.

Os planos de governo estão apostando na modernização do próprio Estado e na melhoria dos serviços oferecidos diretamente à população, mas essa escolha também tem uma explicação prática. **Digitalizar serviços públicos pode gerar resultados visíveis em um prazo relativamente curto, com custos mais previsíveis e menor resistência política.** É uma agenda que permite ao candidato apresentar entregas concretas ao cidadão sem depender, necessariamente, de grandes obras ou investimentos de longo prazo.

Contudo, o cenário é diferente quando se olha para conectividade e inclusão digital. O eixo de Inclusão Digital teve apenas 30 propostas contra as 48 de Governo Digital. Essa assimetria chama atenção porque a conectividade significativa da população brasileira, ou seja, o nível de acesso que garante velocidade, estabilidade e dispositivos adequados para um uso pleno da internet, ainda é baixa: em 2025, 30% da população estava no nível mais baixo desse indicador, e apenas 20% no nível mais alto ([Cetic.br, 2026](https://cetic.br/)).

A diferença expõe uma tensão que deve acompanhar o próximo mandato: é mais rápido anunciar a digitalização de um serviço do que garantir que toda a população tenha internet, equipamentos e conhecimento para acessá-lo. **A modernização do Estado pode avançar rapidamente, mas seu alcance dependerá da capacidade de enfrentar o problema mais lento e estrutural do acesso digital.**

4.3. Data centers são o consenso mais literal do levantamento

A temática de data centers aparece nos cinco planos de governo, com 8 menções distribuídas de forma quase uniforme entre as candidaturas. Nenhum outro conceito do levantamento reúne presença unânime com distribuição tão equilibrada, nem mesmo quando se fala em Inteligência Artificial que, embora também apareça nos cinco planos, suas

menções concentram-se em três candidaturas: Lula, Ronaldo Caiado e Flávio Bolsonaro somam 27 das 34 ocorrências do termo.

Essa diferença importa uma vez que revela dois tipos de consenso distintos. **Quando os candidatos falam sobre IA, o consenso é sobre a relevância do tema, e não sobre seu conteúdo ou modelo regulatório proposto. Já no tema de data centers, o consenso é mais literal: as cinco candidaturas tratam a atração de investimento em infraestrutura de processamento e armazenamento de dados como prioridade de política industrial.** Alguns planos também relacionam essa expansão à sustentabilidade ou ao uso de energia limpa, como os de Romeu Zema e Flávio Bolsonaro. Entre os planos analisados, porém, apenas o de Lula prevê expressamente “salvaguardas socioambientais obrigatórias” para a expansão de data centers e infraestruturas de IA.

Na prática, isso significa que a pauta chega à agenda pública deslocando a atenção do debate de se o Brasil deve ou não receber investimentos; **a disputa parece ser essencialmente regulatória:** a capacidade da matriz de energia limpa, as regras de licenciamento ambiental, os incentivos tributários e os compromissos de sustentabilidade do setor.

4.4. Existe um núcleo comum, com seis temas

Todos os cinco planos de governo coincidem em **seis assuntos principais:** serviços digitais para o cidadão, infraestrutura e dados do governo, uso de Inteligência Artificial no setor público, formação de talentos, incentivo à inovação e pesquisas em áreas estratégicas. Esse é o ponto em que candidatos que discordam em quase tudo se encontram.

O que esses seis temas têm em comum é muito revelador. **Todos eles tratam do Estado organizando a sua própria casa,** digitalizando serviços, treinando pessoas, estruturando seus dados e financiando a ciência.

Assuntos mais sensíveis, como a regulação de redes sociais, a punição por conteúdos publicados na internet, a privacidade de dados e as regras para o uso de IA pelas empresas, ficaram de fora desse grupo comum. **As candidaturas concordam sobre como melhorar o funcionamento do próprio governo, mas divergem sobre como e quanto o Estado deve regular o mercado.**

4.5. O que os dados sugerem sobre a agenda digital de 2027-2030?

Como plano de governo é declaração de intenções eleitorais, não compromisso de execução, nada garante que as propostas aqui discutidas cheguem a se tornar política pública nos termos em que foram anunciadas. Ainda assim, um padrão fica visível quando se olha para o conteúdo dos planos, e não apenas para sua distribuição por eixo: **a maior parte dos temas centrais das cinco candidaturas incide sobre áreas em que o Estado brasileiro já tem uma política federal em vigor.**

O país já conta com o [Plano Brasileiro de Inteligência Artificial \(PBIA\)](#), atualizado em junho de 2025; com o [Decreto nº 12.572/2025](#), que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação; com a [Estratégia Nacional de Escolas Conectadas \(Decreto nº 11.713/2023\)](#); com o [ECA Digital \(Lei nº 15.211/2025\)](#); e com o [Decreto nº 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Executivo](#), conforme mapeamento do Atlas da Regulação do Ecossistema Digital Brasileiro (Nomura; Andrade, 2025). A agenda digital de 2027-2030, qualquer que seja o resultado da eleição, não parte de uma página em branco.

Os planos, porém, não se relacionam com esse terreno da mesma forma. Em alguns casos, a proposta nomeia explicitamente a política existente: Lula propõe o “aprimoramento do ECA Digital”, e Ronaldo Caiado inclui, entre suas propostas de regulação, uma “Política Nacional de cibersegurança” e cita a própria LGPD, sem que o plano detalhe se a menção implica reforço, alteração ou apenas manutenção da lei em vigor.

Em outros casos, o tema aparece sem que o plano mencione o instrumento já existente. Romeu Zema, por exemplo, propõe “dados do governo em formato aberto”, área já regida pelo [Decreto nº 8.777/2016](#), e Flávio Bolsonaro propõe “fortalecer a defesa cibernética do país”, sem referência à Política Nacional de Segurança da Informação. Há ainda propostas formuladas em termos genéricos, como o “arcabouço regulatório” de Renan Santos, que não permitem identificar se dialogam com alguma política existente ou simplesmente a ignoram.

Essa variação desloca a pergunta relevante para o próximo ciclo. Nas áreas em que já existe algum instrumento federal em vigor, o debate de 2027-2030 não é se o tema vai entrar na agenda, pois ele já tem tratamento na política pública brasileira; **a pergunta é se o governo eleito dará continuidade a esse tratamento, o revisará ou o substituirá.**

5. Conclusão

O que buscamos responder com este estudo?

A pesquisa busca mapear como os candidatos mais bem colocados na disputa pela Presidência da República em 2026 incorporam inovação, tecnologia e regulação digital em seus planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral.

E o que encontramos?

Ao analisar os materiais dos candidatos, observamos que, das 34 subcategorias examinadas, seis estão presentes nos cinco planos de governo, com destaque para a área de Serviços Digitais ao Cidadão, que lidera o volume geral com 22 propostas. Entre as pautas de consenso unânime, destacam-se a atração de data centers e a implementação de um prontuário eletrônico nacional interoperável. Em contrapartida, o eixo de Regulação de Novas Tecnologias se estabelece como o único terreno em que as propostas não apenas se diferenciam, mas se anulam ao contrastar perspectivas de soberania digital, modelos baseados em risco e a defesa da não regulação ampla do setor.

O mapeamento revela ainda assimetrias importantes: enquanto a oferta de serviços digitais ao cidadão soma 22 propostas, a agenda de letramento digital conta com apenas 7. No campo conceitual, a Inteligência Artificial sobressai como o termo mais recorrente, somando 34 menções transversais a áreas como saúde, educação e agronegócio nos cinco planos, ao passo que a pauta de data centers sobressai como o conceito mais uniformemente distribuído entre todas as candidaturas.

E por que isso importa?

A relevância deste estudo reside no papel do plano de governo como o único documento programático formalmente exigido, publicado e preservado pela Justiça Eleitoral. Para formuladores de políticas públicas, legisladores e agentes dos mercados digitais, esse material é fundamental para delimitar os temas que estarão no centro do debate no próximo ciclo de gestão e, sobretudo, aqueles que permanecerão ausentes. Além disso, como a amostra abrange candidaturas que representam 79% das intenções de voto (Genial; Quaest, 2026), os achados vão além da análise de documentos isolados para oferecer um diagnóstico preciso sobre o estado real da agenda digital no debate presidencial. O estudo demonstra que a transformação digital é um compromisso transversal nos projetos de país, cujas divergências residem não na sua importância, mas na intensidade e nos rumos regulatórios propostos.

6. Direcionamentos para futuros estudos

As perguntas abaixo são abertas por este trabalho e não respondidas por ele, que poderão ser respondidas em futuros estudos:

- **Avaliação longitudinal do cumprimento das propostas.** Acompanhar, ao longo do mandato, o destino das propostas aqui mapeadas, com atenção especial às doze que declaram elementos de auditabilidade — as únicas cujo cumprimento é verificável a partir do próprio documento.
- **A regulação ausente.** Investigar porque frentes regulatórias com legislação vigente e disputa institucional ativa — proteção de dados, concorrência digital, vigilância — não chegam ao documento eleitoral, apesar de ocuparem o Congresso e os tribunais.
- **Tecnologia como meio.** Aprofundar o exame dos trechos excluídos por este critério, que constituem corpus próprio sobre como o Estado brasileiro projeta o uso de tecnologia em funções de fiscalização e policiamento.
- **Percepção do eleitorado.** Medir se e como as propostas de política digital influenciam a decisão de voto, e qual a compreensão pública de termos como soberania digital, inteligência artificial e governo digital.
- **Comparação entre plano registrado e programa executado.** Contrastar o documento entregue ao TSE com os planos plurianuais e as prioridades efetivamente adotadas, para dimensionar a distância entre a peça eleitoral e o instrumento de governo.

Referências

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2025**. São Paulo:

Comitê Gestor da Internet no
2026. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt-br/20260511173200/tic_domicilios_2025_livro%20pt.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

GENIAL; QUAEST. Pesquisa de intenção de voto para Presidente da República. Levantamento nacional. Agosto de 2026. Disponível em:

quaest.com.br/pesquisa-genial-quaest-recupera-cao-de-flavio-bolsonaro/. Acessado em: 12 ago. 2026.

NOMURA, Daniela Naomi; ANDRADE, Andressa. Atlas da Regulação do Ecossistema Digital Brasileiro. Formatos Especiais Reglab, n. 2. São Paulo: Reglab, 2026. Disponível em:

reglab.com.br/wp-content/uploads/2026/02/rl-policy-brief-atlas-da-regulacao-1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR — NIC.br. Conectividade significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil. Cadernos NIC.br Estudos Setoriais. São Paulo, 2024. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.acervo.nic.br/server/api/core/bitstreams/130ccb53-5380-48be-8012-34449a130557/content>. Acesso em: 28 ago. 2026.

RAMOS, Pedro Henrique. Cidades do Amanhã: Inovação e Tecnologia nas Eleições Municipais de 2024. Policy Briefs Reglab, n. 1. São Paulo: Reglab, 2024. Disponível em:

reglab.com.br/wp-content/uploads/2024/09/reglab-cidades-do-amanha.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

RAMOS, Pedro Henrique Soares Melo. O lugar da recepção na inclusão digital: perspectivas latino-americanas para uma conectividade crítica. 2025. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo.

SALDAÑA, Johnny. The Coding Manual for Qualitative Researchers. 2. ed. Londres: SAGE, 2013.

Fontes primárias. Planos de governo das cinco candidaturas analisadas (Flávio Bolsonaro, Lula, Renan Santos, Romeu Zema e Ronaldo Caiado), obtidos na plataforma DivulgaCandContas do Tribunal Superior Eleitoral em 18 de agosto de 2026. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em: 18 ago. 2026.

Anexo de Metodologia Reglab

FORMATOS ESPECIAIS: AGENDA DIGITAL REGLAB

AUTORIA	Pedro Henrique Ramos, Thais Ortega Pichinin e Natália Ribeiro
Título	Inovação e Tecnologia nas Eleições Presidenciais de 2026: Análise dos planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral
Formato	Especial Reglab: Agenda Digital
Pergunta de Pesquisa	Como os candidatos mais bem colocados à Presidência da República em 2026 incorporam inovação, tecnologia e regulação digital em seus planos de governo registrados no TSE?
Resumo de Metodologia	A pesquisa adota análise de conteúdo com codificação dedutiva dos planos de governo. A unidade de análise é a proposta, identificada a partir de quatro critérios cumulativos: relação com um dos temas da pesquisa; apresentação de ação ou compromisso futuro; possibilidade de execução ou indução pelo Executivo federal; e existência de objeto identificável. As propostas foram classificadas em cinco eixos e 34 subcategorias definidos previamente em codebook (livro de códigos). Uma leitura qualitativa complementar dos trechos selecionados subsidia a seção de Análise e Comentários, sem integrar a contagem das propostas.
Coleta de Dados	A fonte primária são os planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral e disponibilizados no sistema Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (DivulgaCandContas) , coletados em 18 de agosto de 2026 . Foram incluídas as candidaturas que alcançaram 2,0% ou mais das intenções de voto no levantamento Genial/Quaest divulgado em 5 de agosto de 2026, considerando o percentual pontual, sem aplicação da margem de erro. O critério resultou na seleção de Lula, Flávio Bolsonaro, Renan Santos, Ronaldo Caiado e Romeu Zema , que somavam 79% das intenções de voto declaradas na pesquisa . A candidatura imediatamente abaixo do corte registrava 1%. Foram consideradas apenas as versões disponíveis na data da coleta. Entrevistas, debates, artigos, redes sociais e outros materiais de campanha não integram a base analisada. Como referências metodológicas e conceituais, o estudo utiliza Saldaña (2013), Ramos (2024), NIC.br (2024) e Ramos (2025).

Análise de Dados	A codificação foi realizada no ATLAS.ti, com apoio da IA do Claude (Anthropic), e posteriormente submetida à revisão humana. Cada ação com objeto próprio foi contabilizada como uma proposta; quando a mesma medida aparecia repetida em diferentes partes do plano, era contabilizada apenas uma vez. Uma mesma proposta podia receber mais de uma classificação quando abordava diferentes eixos ou subcategorias. A base final reúne 177 propostas. Os trechos avaliados que não atenderam aos critérios de inclusão permaneceram registrados com o respectivo motivo de exclusão. Entre as principais regras adotadas está a distinção entre tecnologia como objeto da política e como instrumento de outra política: quando a tecnologia aparecia apenas como meio para executar uma medida de outra área, o trecho não era contabilizado como proposta de agenda digital. A pesquisa também realizou uma análise complementar dos conceitos e expressões recorrentes nas propostas.
Procedimentos de Redução de Vieses	O <i>codebook</i> foi definido, datado e versionado antes da leitura dos planos analisados, e as mesmas categorias e regras foram aplicadas às cinco candidaturas. As decisões de codificação, exclusões e alterações realizadas durante a revisão foram registradas com suas respectivas justificativas. A codificação passou por revisão humana. Na apresentação dos resultados, as candidaturas seguem o mesmo formato de ficha, são apresentadas em ordem alfabética e utilizam critérios gráficos comuns. A redação foi revisada para evitar avaliações de mérito das propostas e das candidaturas.
Outras Limitações Metodológicas	O estudo analisa documentos de campanha e, portanto, descreve o que foi formalizado nos planos registrados no TSE, não todas as posições das candidaturas nem o que será efetivamente implementado. A seleção das candidaturas foi definida a partir de um único levantamento Genial/Quaest, divulgado em 5 de agosto de 2026, e representa a configuração da disputa eleitoral naquele momento. Os planos possuem diferentes extensões e níveis de detalhamento, o que exige cautela na leitura de volumes absolutos. A análise utilizou o texto extraído dos arquivos, de modo que conteúdos eventualmente apresentados apenas como imagem podem não ter sido capturados. No eixo de Inclusão Digital, a análise identifica principalmente condições de acesso e competências digitais, mas não permite avaliar como esses recursos são efetivamente utilizados ou apropriados pela população. A revisão ocorreu sobre uma codificação já existente, e não por meio de duas codificações independentes realizadas em paralelo; por isso, o estudo não apresenta índice de concordância entre codificadores. Algumas decisões de revisão foram pontuais e não envolveram uma nova busca sistemática por todos os casos potencialmente equivalentes. Também houve casos que exigiram interpretação, como a identificação de compromissos futuros em construções como “devemos investir”. Na análise de conceitos recorrentes, alguns termos exigiram leitura contextual porque aparecem nos planos com sentidos diferentes. É o caso de “plataforma”: o termo foi contabilizado quando se referia a plataformas digitais no sentido de serviços ou ambientes digitais privados, mas não quando era utilizado de forma genérica para designar sistemas, portais ou serviços digitais do próprio Estado.

	Essa distinção foi feita a partir do contexto de cada ocorrência. As contagens são absolutas e não são normalizadas pela extensão dos planos ou pelo número de propostas. As nuvens de subcategorias são recursos para visualizar concentrações temáticas e não devem ser utilizadas isoladamente para medir diferenças com precisão.
Uso de Software	ATLAS.ti: utilizado para codificação das propostas e registro das decisões de análise. Claude Code e Codex (Anthropic): utilizado por meio do Athena — suíte proprietária de skills/agentes do Reglab que roda sobre LLMs (Claude Code e Codex), aplicando nossas metodologias, auxiliou na leitura, aplicação do codebook e redação, sempre com revisão humana das classificações e conferência com o texto original dos planos. Python: utilizado para extração e organização dos dados e geração de documentos e figuras. Google Workspace: utilizado especialmente Google Docs e Google Planilhas, para edição, organização e revisão dos textos, dados e gráficos. Chat GPT (Codex modelo Sol 5.6): utilizado para geração de imagens, gráficos e nuvens de palavras.
Diretrizes Éticas	A pesquisa utiliza exclusivamente documentos públicos e dados pessoais publicamente disponíveis necessários à identificação das candidaturas e dos planos analisados. Não foram coletados dados de eleitores, realizadas entrevistas ou outras formas de interação com pessoas naturais. Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas como apoio à pesquisa, com revisão humana das classificações e do conteúdo produzido. Como medida de transparência, o estudo disponibiliza o <i>codebook</i> , os critérios utilizados na análise e a relação das propostas identificadas.
Declaração de Independência Editorial	Este estudo é uma iniciativa institucional do Reglab e não foi financiado, encomendado ou desenvolvido para terceiros. A pesquisa foi conduzida com independência editorial, sob responsabilidade do Reglab e de sua equipe de pesquisa. O estudo não avalia o mérito das propostas, não estabelece ranking entre candidaturas e não contém recomendação de voto.

Materiais complementares. Integram esta pesquisa dois documentos disponibilizados separadamente: o [Anexo I - Propostas por candidatura](#), que reúne os trechos identificados como propostas nos cinco planos de governo, acompanhados de suas respectivas classificações; e o [Anexo II - Codebook](#), que apresenta as definições dos eixos e subcategorias e os critérios utilizados na codificação.

reglab

centro de estratégia
& regulação

www.reglab.com.br